

Diálogo com Solon Eduardo Annes Viola

Na seção “Diálogo com educadores”, do presente número, contamos com a relevante contribuição do educador Solon Eduardo Annes Viola.¹ Por meio de uma reconstrução qualificada da sua trajetória de vida e de formação-atuação acadêmica e política, Solon adentra os meandros de processos históricos vivenciados no Brasil nas últimas décadas. Vai evidenciando, por meio de uma narrativa que mescla vivência concreta e teorização, como se forja um intelectual militante que, acima de tudo, mantém uma profunda coerência com os princípios e valores mais nobres construídos pela humanidade como é a defesa dos direitos humanos. Sua experiência faz pensar o quão fundamental é para os educadores avançarem nas pesquisas sobre os mais diversos campos, tendo sempre como horizonte de referência os direitos humanos. Desejamos que essa história de vida ajude a avançar em nossas pesquisas e em nossos compromissos políticos de luta pela liberdade, direitos humanos e a construção de relações humanas democráticas e plurais.

Espaço Pedagógico: Gostaríamos de iniciar este diálogo conhecendo um pouco da sua vida: onde nasceu? Como foi sua infância? Qual era o contexto so-

ciocultural, político e religioso da época de sua infância e adolescência?

Solon Eduardo Annes Viola: Nasci em Uruguaiana, em 1948, na fronteira com a Argentina. Meu pai era ferroviário e minha mãe, dona de casa. Minha família mudou-se, quando eu tinha oito meses, para Garibaldi na serra gaúcha. Foi lá que fiz meus primeiros estudos em escolas religiosas, especialmente no Colégio Santo Antônio, que, na época, estava sob a responsabilidade dos Irmãos Maristas. Morei em Garibaldi até o início de 1964, quando meu pai foi transferido para Passo Fundo, cidade na qual minha mãe tinha sua origem familiar.

Meu primeiro colégio em Passo Fundo foi o Colégio Conceição no qual, adolescente, conheci um jornal chamado *Brasil Urgente*, editado pelos padres Dominicanos. Lia o jornal e via os cartazes que orientavam: “Não Leia Brasil Urgente. Brasil Urgente é um jornal comunista”, ou algo assim. Ficava em dúvida, pois nas aulas escutava que o comunismo era ateu, e o jornal, dito comunista, editado por padres. Minhas dúvidas aumentaram no dia 1º de abril de 1964, quando, indo para o Colégio, encontrei meu pai que retornava agi-

tado do trabalho e me fazia voltar para casa, dizendo que as aulas estavam suspensas. Durante alguns dias não saíamos de perto do rádio e havia um clima tenso em casa. Nunca mais encontrei o jornal *Brasil Urgente*.

Aos poucos, passei a participar do Grêmio Estudantil e das campanhas eleitorais da União Passofundense de Estudantes (UPE). Participei dos congressos anuais da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (Uges), com suas longas viagens de trem e debates sobre democracia e ditadura. Já surgiam, então, as notícias de tortura e crimes cometidos pelo governo militar. Passei a fazer parte de um grupo de jovens estudantes ligados à Juventude Estudantil Católica (JEC). Líamos pensadores importantes na época, como Mounier, Lebreton, discutíamos, jogávamos futebol, pensávamos o que fazer, como fazer, como combater a tirania e os crimes contra a liberdade.

Dessa experiência nasceu minha participação mais efetiva no movimento estudantil secundarista. Já havia mudado de escola e estudava no Colégio Estadual Nicolau de Araújo Verguerio (Cenav) quando, em 1968, a polícia política assassinou um estudante secundarista no Rio de Janeiro.² Em Passo Fundo, a UPE marcou uma vigília de 24 horas e uma greve que parou o Cenav e, em conjunto com os diretórios acadêmicos, fizemos uma manifestação em frente à catedral. Na semana seguinte, fui expulso do colégio, junto com João Carlos Bona Garcia.³ Só pudemos continuar estudando porque a direção do Instituto Educacional (IE), num gesto de solida-

riedade e coragem, nos acolheu como alunos. Foi um período tenso, de tempo em tempo a polícia política nos retirava das aulas e nos levava para prestar depoimento, o que provocava uma inquietação em toda a escola.

Quando terminou meu mandato na UPE, solicitei afastamento do Instituto de Educação e, logo, me mudei para Porto Alegre para poder continuar no movimento estudantil e me incorporar de forma mais intensa nas lutas contra a ditadura. Foi um período de aprendizagens riquíssimas, que não foram feitas no sistema formal de ensino, mas nas lutas sociais e políticas pela redemocratização. A ousadia e o medo foram companheiros constantes, e o apoio de familiares e amigos, uma força indispensável de solidariedade e confiança. Só foi possível voltar a estudar com o processo de abertura política, quando prestei vestibular para o curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e logo me transferei para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Espaço Pedagógico: Que experiências pedagógicas mais lhe marcaram na sua formação, especialmente na graduação?

Solon Eduardo Annes Viola: Na faculdade, havia um curso supletivo, ligado ao Centro Acadêmico, no qual fui convidado a lecionar História Geral e História do Brasil. Estava no primeiro semestre do curso. Era um emprego, sem carteira assinada, mas um emprego no qual pude permanecer. Assim, mi-

nha vida acadêmica se ligou inseparavelmente a minha vida profissional, e os estudos acadêmicos se mesclaram com as exigências próprias do campo da pedagogia. Precisei estudar, também, para ser professor. Foi nessa primeira atividade profissional que a rica experiência do movimento social contribuiu com minha prática pedagógica. Tornou-se claro que não bastava ter o conhecimento específico de meu campo de conhecimento, mas que era preciso refazer as relações, recompor os lugares sociais de educadores e educandos, dimensionar a História para uma dimensão da humanidade toda e não só para a dimensão dos privilégios e dos privilegiados. Em minha vida de acadêmico de graduação, encontrei professores e professoras corajosos, dispostos ao debate das teorias mais avançadas na época. Não foram poucas as estratégias criadas para que a participação dos acadêmicos ocorresse com liberdade de expressão. Sabíamos que entre os alunos se infiltravam agentes da polícia política, um deles um reconhecido torturador. Devido a isso, estabelecíamos, entre nós, que todas as falas deveriam ser feitas a partir dos autores estudados. Era uma forma de segurança pessoal e de segurança de nossos professores.

Em razão do trabalho como professor em escolas secundárias e em diferentes cursos de formação, meu tempo de graduação se prolongou. Quando me formei, no início da década de 1980, já tinha dois filhos, e imediatamente passei a ser aluno de uma especialização em História da América Latina. Passei, no mesmo período, a lecionar História da

Educação no Centro de Educação Superior La Salle em Canoas e, logo depois, fiz concurso para o curso de História da Unisinos. Na Universidade, passei a lecionar História Contemporânea e História do Brasil para o curso de Sociologia, assumindo a disciplina de História de Educação no curso de Pedagogia.

Espaço Pedagógico: Como foram ocorrendo os vínculos intelectuais com as questões sociais, especialmente a luta em prol dos direitos humanos?

Solon Eduardo Annes Viola: Minha relação com as questões sociais vem desde antes da minha vida acadêmica e de minha vida profissional, embora essa participação não estivesse identificada com os direitos humanos. A militância de minha geração esteve muito envolvida com a luta contra a ditadura e pela reorganização da sociedade civil. A questão, e os princípios éticos, políticos sociais e culturais, dos direitos humanos passou a ser um tema para a sociedade brasileira em razão do horror que brotava dos cárceres clandestinos, dos porões das delegacias e dos quartéis, da falta de liberdade e dos crimes contra a vida. De certo modo, os grupos que se formaram em defesa dos direitos humanos – em sua maior parte relacionados às Igrejas cristãs, nos pequenos espaços que se mantiveram organizados na sociedade civil – contribuíram com o movimento social, o qual resultou no processo político que apressou o fim do período militar e resultou na redemocratização política.

Meus primeiros contatos com esses movimentos ocorreram ao longo da década de 1980, com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) do Rio Grande do Sul, especialmente com os militantes de Porto Alegre. Ainda na década de 1980, indicado pelo MJDH, passei a fazer parte da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. A rede mantinha fortes vínculos com a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Pensávamos, a partir de Margarida Genevois, que, numa sociedade como a brasileira, a única forma de garantir a democracia seria construir uma cultura política que possibilitasse a cada ser humano se reconhecer como um sujeito de direitos. Nesse período, a sociedade civil se reorganizava e as lutas por direitos sociais e econômicos passavam a incorporar a vida política, refazendo os caminhos de história nacional⁴ na medida em que novos setores sociais ocupavam espaços nos processos de mobilização e participação. De certa forma, nesse período o Brasil começou a se encontrar consigo mesmo, e os movimentos, antes ausentes, passaram a assumir o lugar de sujeitos sociais, influenciando nas relações políticas e culturais, redimensionando os espaços de cidadania e oferecendo à população uma nova leitura sobre os direitos humanos.

A partir de 2003, com outros companheiros vindos da rede e de outros setores da sociedade civil e do Estado, passei a fazer parte do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH).⁵ Desde então o tema da educação em direitos humanos passou a ser prioridade na minha participação social

e, gradativamente, a ocupar o lugar central de minhas pesquisas.

Espaço Pedagógico: Como ocorreu a sua formação na pós-graduação, especialmente o *stricto sensu*, e seus vínculos com as temas de investigação?

Solon Eduardo Annes Viola: Minha primeira experiência com pesquisa acadêmica ocorreu no curso de especialização em América Latina na UFRGS. Sob a orientação da professora Sílvia Petersen, pesquisei a formação da classe trabalhadora no Rio Grande do Sul. Busquei compreender os limites de sua participação política e suas lutas por direitos sociais e econômicos. A questão da cidadania estava presente como um componente das lutas operárias do início do século XX. O tema dos direitos humanos era, ainda, um tema específico e de leituras pessoais que só passaria a fazer parte de minha preocupação acadêmica quando ingressei no doutorado. Ao longo do mestrado, continuei a pesquisar a questão da cidadania no Rio Grande do Sul, especialmente a questão da formação da cidadania no sistema de ensino e o projeto pedagógico dos governos positivistas do início do século passado.

Somente no doutorado, a questão dos direitos humanos passou a ser o tema central de meus estudos, reunindo minha participação social com a pesquisa acadêmica. Da mesma forma, o fato de ser professor dos cursos de sociologia e de pedagogia me conduziu para leituras dos clássicos e das teorias mais atuais dessas áreas. Foi nesta condição

que recuperei as leituras do tempo da militância política das décadas de 1960 e 1970. Havia uma diferença radical, não precisava mais carregar a *Pedagogia do oprimido* envolta em plástico e colocada no fundo da pasta, ou em dias frios, sob a roupa. Outra diferença radical é o fato de não precisarmos mais citar literalmente os autores lidos, como nas aulas de graduação de História da UFRGS, mas podíamos expressar nossas críticas às leituras feitas. Nesse período, convivi com companheiros especiais, como, entre outros, os professores Victor Becker e Danilo Streck e com as professoras como Lia Becker, Margot Ott, Rute Baquero, Maria Isabel Cunha, Helga Piccolo e Sandra Pesavento.

Como na graduação, fiz meus cursos de pós-graduação em paralelo com minha atividade profissional. Fiz meu mestrado e doutorado em História na Unisinos. Minha tese trata da participação dos movimentos de direitos humanos no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Para tanto, recuperei algumas das interpretações teóricas sobre os direitos humanos, os diferentes processos históricos que o país viveu desde os anos 1960 até o fim do período de autoritarismo militar e de como a cultura dos direitos humanos começou a criar raízes sociais e alterou a forma de a sociedade civil brasileira participar da vida nacional. Uma vez concluído o mestrado, o tema dos direitos humanos foi ocupando os espaços anteriormente destinados às pesquisas sobre cidadania. São temas relacionados e se complementam, mas cada um deles tem um campo específico de estudo.

Espaço Pedagógico: Qual é a sua compreensão de docência e o que considera significativo na experiência pedagógica de sala de aula?

Solon Eduardo Annes Viola: Procuro recordar sempre minhas experiências de aluno. Dela recupero, na maior parte das vezes, a palavra como um privilégio do professor e o silêncio como um dever do aluno. Um dever que, quando não obedecido, podia levá-lo à punição. Com essa experiência aprendi – pelo contraexemplo – que não posso ser um docente constituído na negação do outro. Não posso ser um docente constituído na negação da liberdade, um docente que silencia o outro. Desde Paulo Freire, passando por Gramsci e os construtivistas, compreendo a docência como o lugar da troca de saberes e do reconhecimento do outro como um sujeito de direitos. Se a pedagogia da imposição do saber formal contribuiu com a fundação de uma sociedade autoritária e de privilégios, uma pedagogia da troca e do diálogo pode efetivamente produzir práticas sociais participativas e igualitárias, capazes de produzir mudanças na organização social e nas diferentes estruturas de poder. Assim, a experiência pedagógica, especialmente se dialógica, pode representar a possibilidade da transformação de uma cultura que nega o outro para uma cultura de reconhecimento das diferenças e dos pressupostos de que o reconhecimento da liberdade é uma exigência tanto para os indivíduos como para a coletividade.

Espaço Pedagógico: tendo como base a sua experiência com a educação não formal, qual a validade da manutenção da sala de aula e da educação formal?

Solon Eduardo Annes Viola: A educação é uma das práticas sociais que identificam a condição humana. É a forma como as gerações constroem, entre si, as condições para a vida em sociedade. Dessa maneira, as práticas educativas são condições de humanização presentes em todas as relações humanas. A sala de aula é o lugar criado especialmente para as ações educativas. É uma criação relativamente recente se considerarmos uma educação formal para além dos setores sociais de elite. As elites sempre educaram seus filhos em lugares especiais, fossem estes a ágora grega ou os conventos medievais. A universalização da sala de aula como lugar especial da educação remonta ao início dos tempos modernos.

No Brasil somente agora universalizamos o acesso à sala de aula. Carregamos, ainda, uma dívida social com gerações adultas e jovens que não tiveram acesso ao sistema formal de ensino. Talvez em razão disso, construímos em nosso país uma riquíssima experiência de educação não formal, a qual marca nossa educação e pode fornecer práticas pedagógicas capazes de revigorar a própria educação formal, seja pelo acesso dos setores populares e seu saber ao sistema de ensino, seja pela teorização já feita a partir do acúmulo de experiências que remontam a meados do século XX.

Se considerarmos essas experiências, entenderemos que a sala de aula é um lugar privilegiado das relações de educandos e educadores com o saber já produzido e a produzir pela humanidade. Se entendermos que a sala de aula não está limitada por quatro paredes e pelos muros das escolas e das universidades, ainda melhor, pois ela é o lugar do encontro. O lugar onde as trocas são feitas, os planos organizados e de onde se parte para compreender o mundo e para onde se volta para repensar o aprendido e replanejar as atividades de aprendizagem.

Espaço Pedagógico: Quais as experiências de formação que mais influenciaram suas investigações passadas e atuais?

Solon Eduardo Annes Viola: São duas as influências mais marcantes. A primeira vem da participação nas questões próprias dos direitos humanos, especialmente as abordagens da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e das questões sociais e educativas propostas por ela; a segunda decorre das questões teóricas inerentes aos direitos humanos, a possibilidade de múltiplas interpretações dos princípios dos direitos humanos desde as leituras liberais centradas nos direitos civis e políticos até as questões de ordem sociais econômicas e culturais próprias de uma leitura crítica do modelo socioeconômico ao qual estamos submetidos, ou seja, a possibilidade de abordagens teóricas que colocam os direitos humanos como agentes civilizadores, como ocorreu na

América Latina nas décadas de 1960 a 1980 e ocorre atualmente no Oriente Próximo. Outras abordagens são aquelas que relacionam os direitos humanos com os movimentos sociais e suas lutas emancipatórias.

Espaço Pedagógico: do seu ponto de vista, o que é relevante na formação de novos pesquisadores e de educadores comprometidos com as questões sociais e políticas da atualidade?

Solon Eduardo Annes Viola: A primeira questão é própria da sociedade que vivemos. Trata-se de uma sociedade de urgências sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, de uma rapidez que aparentemente pretende atingir a velocidade da luz. As urgências remontam ao período colonial, a escravidão, a transformação do trabalhador a condição de objeto. São urgências que se relacionam ao reino das necessidades ainda não resolvidas e que, no caso brasileiro, atingem mais do que a metade da população. A rapidez estonteante é ilusória e ligada à forma como as questões mais relevantes são abordadas tanto nos meios de divulgação em massa quanto nos fóruns de discussão dos grandes temas. A pesquisa e a prática educativa poderão compreender tanto as urgências sociais e desvendar as ilusões das soluções rápidas na medida em que forem capazes de produzir um universo crítico que lhes permita não só apontar as grandes questões sociais e políticas da desigualdade histórica da nossa sociedade como, também, vislumbrar soluções novas para questões novas, como as questões

ambientais, e soluções que, embora já antevistas, não foram ainda efetivadas. Neste último ponto, retomo a questão da velocidade excessiva e proponho que retomemos a dimensão própria do tempo da humanidade. A pressa pode ser, ao mesmo tempo, uma ilusão e um novo modo de opressão. Ilusão na medida em que sugere soluções aparentes para problemas estruturais, e opressão na medida em que imobiliza, amedronta e impede que as soluções necessárias se tornem efetividade. A produção de novas gerações de pesquisadores e educadores exige tempo, conhecimento profundo da sociedade, na qual se constituem rigor teórico e inventividade criativa. Parece impossível? Não. Mas sem dúvida não é um passeio na praça central da cidade. Exige tempo, e um tempo que não seja de velocidade estonteante. Talvez seja preciso recriar o tempo do ócio próprio da civilização grega e indispensável para a observação do conhecimento, necessária para a maturação crítica do conhecimento.

Espaço Pedagógico: Qual é a sua avaliação da pós-graduação brasileira, especialmente na educação e nas ciências humanas?

Solon Eduardo Annes Viola: A universidade brasileira é muito recente, não chegou a completar um século de vida, em decorrência, a pós-graduação é uma experiência ainda mais recente e está vivendo uma fase de expansão e consolidação. Ela possui, em sua origem tardia, urgências de infraestrutura e de recursos de todas as ordens, inclusive

de recursos os quais lhe permitam compreender que sociedade e que cultura são essas que a amparam e dela exigem respostas. Por contingências históricas, nossa pós-graduação surgiu em um tempo no qual a ciência e a técnica deixaram de estar a serviço de toda a humanidade e foram incorporadas à economia de mercado e à velocidade ilusória que o mercado exige. É por essa razão que os poucos recursos para a pesquisa e a pós-graduação são destinados às áreas tecnológicas e das ciências ditas exatas. Ironicamente, as grandes corporações internacionais possuem laboratórios próprios e fazem suas próprias pesquisas com muito mais recursos que as universidades. Assim, embora ainda muito jovem e com urgências imensas, a pós-graduação está em permanente busca de seu caminho. Nas ciências humanas e na educação, convivemos, de maneira mais radical, com as urgências e as carências de um sistema que ainda se constitui. Mesmo assim, a pós-graduação já contribui com a formação de um pensamento crítico capaz de fazer avançar o conhecimento da sociedade brasileira sobre ela mesma.

Espaço Pedagógico: Como pode ser superada a dicotomia entre pesquisa e ensino e de que forma a investigação científica pode contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais no Brasil e na América Latina?

Solon Eduardo Annes Viola: Já temos algumas experiências para superar esta dicotomia. Relembro duas: as bolsas de iniciação científica, que incorpo-

ram alunos de graduação aos grupos de pesquisa, e as experiências pedagógicas estruturadas a partir de problemas teóricos ou empíricos. No entanto a questão principal que está aí colocada é a de como se constitui o conhecimento humano, como se realiza a aprendizagem. Se considerarmos correta a tese de Bourdieu de que a aprendizagem decorre do capital cultural de cada indivíduo, então podemos pensar em formas de ensino que incluam a investigação como uma das formas mais significativas da aprendizagem. Quanto à segunda parte da questão, a importância destas pesquisas é a de desvendar os problemas, torná-los conhecidos e, criticamente, sugerir caminhos para solucioná-los. Mas a responsabilidade da solução não é da pós-graduação e nem mesmo da universidade, ela pertence aos Estados e aos governos nacionais, o que significa dizer que é de responsabilidade das próprias sociedades latino-americanas. A contribuição da universidade é a de construir conhecimento universal que se volte para toda a humanidade e não só para os setores privilegiados.

Espaço Pedagógico: é possível conciliar formação de pesquisadores com o atendimento das demandas sociais, especialmente das populações mais carentes e excluídas?

Solon Eduardo Annes Viola: Não só é possível como desejável. Existem programas de pós-graduação com linhas de pesquisa voltadas para as questões sociais e não só no campo das ciências humanas ou da educação. Tanto na área

das ciências jurídicas como das ciências econômicas, existem linhas de pesquisa comprometidas com a criação de alternativas para construir uma sociedade mais justa e equânime. Outra vez, como na questão anterior, trata-se de rever as prioridades e as urgências da sociedade brasileira e latino-americana, de definir os compromissos dos pesquisadores não para a subordinação com a velocidade do mercado e o compromisso assumido pela ciência e a tecnologia com o modelo de desenvolvimento do capitalismo, mas com a urgência das mudanças sociais em benefício dos setores que são historicamente colocados em condição social de carência, embora não necessariamente de exclusão. Outra vez essas escolhas não são as atualmente hegemônicas, mas estão presentes e são partes dos embates presentes tanto na sociedade como na universidade.

Espaço Pedagógico: quais as principais influências teóricas de sua formação (tradições, autores, livros)?

Solon Eduardo Annes Viola: Penso em minha formação teórica como uma condição inerente tanto para minha atividade profissional como para meus compromissos com as questões dos direitos humanos. Na juventude, li os teóricos que embasavam as lutas contra a ditadura e os sonhos de uma sociedade mais igualitária e socialista. Dessas leituras, trouxe aprendizagens indispensáveis para a compreensão da história e da sociedade latino-americana. Ainda hoje penso que não é possível deixar de lado a contribuição de Antônio Gramsci.

Os estudos da história me apresentaram a Fernando Braudel e aos estudos sobre as estruturas de longa duração e as questões do tempo histórico de média e curta duração. Acrescento ainda dois historiadores atuais, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi,⁶ que atualizam e problematizam as teorias de Braudel. Ainda no campo da história, destaco a influência que exerceram e exercem as leituras de Eric Hobsbawm e as longas e enriquecedoras conversas com meu colega da Unisinos, o professor Werner Altermann, com o qual convivi como aluno e como amigo.

No campo da educação, minha aproximação se fez, desde a militância de juventude, com o pensamento de Paulo Freire e suas referências epistemológicas. E seu compromisso com as denúncias das desigualdades e das injustiças de seu projeto de transformação social o coloca na condição de um educador que está além de seu tempo. Li, com cuidado e dedicação, os educadores construtivistas, especialmente aqueles que vincularam sua compreensão pedagógica aos setores mais comprometidos com as mudanças sociais. Continuam a me influenciar os educadores latino-americanos comprometidos com a educação popular e, nas duas últimas décadas, os educadores que se dedicam às questões de educação em direitos humanos, notadamente Vera Candau, Giuseppe Tosi, Paulo Carbonari, Aída Monteiro, Nazaré Zenaide e, lógico, Maria Victória Benevides e sua teoria sobre a cidadania ativa.

No campo das ciências sociais, minhas leituras e vínculos se fizeram es-

pecialmente com a sociologia produzida no Brasil, ou por brasileiros. Florestan Fernandes foi, e continua sendo, leitura cotidiana. Rui Mauro Marini escreveu um texto indispensável para que se compreenda a teoria da dependência. A eles acrescentaria duas outras escolas fundamentais: os pensadores de Frankfurt, especialmente Theodoro Adorno e suas teorias sobre a importância da memória para a emancipação da sociedade. Destaco ainda os chamados pós-modernos ingleses e norte-americanos, como Terry Eagleton, Frederic Jameson e David Harvey, com suas leituras das mudanças pelas quais passou e passa o capitalismo contemporâneo e as transformações sociais daí decorrentes. Por fim, me são inesquecíveis as longas conversas com os colegas e professores Renato Saul e Paulo Albuquerque, com os quais tenho a alegria de ter estudado e hoje conviver.

Espaço Pedagógico: Quais os temas mais desafiadores da sua produção intelectual?

Solon Eduardo Annes Viola: O que tenho escrito está intimamente vinculado à questão dos direitos humanos e o que me inquieta no que escrevo é o que me inquieta no próprio tema dos direitos humanos. Vejamos três dimensões: A) As diferentes interpretações dos direitos humanos; B) como efetivar os princípios dos direitos humanos numa sociedade que possui carências históricas, de fome, de participação e de memória como a brasileira; C) Como construir uma educação em direitos humanos.

A primeira dimensão de minhas inquietudes está relacionada com as múltiplas interpretações possíveis sobre os direitos humanos. Samuel Huntington,⁷ por exemplo, considera que os Estados Unidos possuem uma missão salvacionista, fornecer ao mundo uma sociedade baseada nos valores ocidentais e cristãos. Isso significa, segundo ele, a exportação do modelo da democracia americana e dos direitos humanos para o mundo. Por essa interpretação, a democracia e os direitos humanos seriam produtos exportáveis como as tecnologias pós-modernas, a coca-cola e os mísseis de longo alcance, sempre alertas para impor este modelo de democracia e de direitos humanos.

Outra leitura possível é a feita pelos movimentos sociais que participaram das lutas contra os regimes ditatoriais da América Latina e que compreendem os direitos humanos como um projeto emancipador, capaz de fornecer um projeto de sociedade baseado nos princípios clássicos da liberdade e da igualdade. Princípios que o século XX demonstrou à exaustão, e são indissociáveis.

Minha segunda inquietude se relaciona com a sociedade em que vivo. Trata-se de uma sociedade constituída historicamente de privilégios, de negação de sua própria história e do esquecimento do outro, especialmente dos setores sociais ligados ao trabalho. Nela os direitos humanos foram, até a segunda metade do século passado, discurso vazio ou promessas que não poderiam ser cumpridas. A sociedade brasileira só começou a conviver com os direitos humanos ao longo das lutas pela rede-

mocratização do Brasil. Vem de então, da dor vivida pela sociedade, que os direitos humanos passaram a se constituir em sujeitos da cultura política nacional. Ainda vivemos, em relação aos direitos humanos no Brasil, a fase dos acontecimentos (do tempo curto, segundo a teoria de Braudel) e das lutas para efetivá-los.

Minha terceira inquietação está relacionada à minha experiência de educador. É possível ensinar direitos humanos? O que é indispensável para fazê-lo? Como sociedade, precisamos apreender que somos sujeitos de direitos; que uma sociedade, para ser democrática, precisa reconhecer os direitos de todos e de cada um. Educar em direitos humanos passa necessariamente por esse reconhecimento e, lógico, esse reconhecimento precisa estar no cotidiano do sistema de ensino. Precisa estar no ato pedagógico e nos projetos de inserção social das escolas, das universidades, de seus professores e de seus educandos. Já começamos. Temos um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a Conferência Nacional de Educação (Conae) entendeu que os direitos humanos formam um eixo norteador da educação nacional, e o Conselho Nacional de Educação aprovou, no mês de março do corrente ano, as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.⁸

Considerando a dimensão da pesquisa e dos cursos de pós-graduação,⁹ a universidade brasileira tem construído núcleos de direitos humanos e de educação em direitos humanos. Estes núcleos estão organizando pesquisas e programas de mestrado e doutorado

interdisciplinares que, na sua grande maioria, tratam as questões dos direitos humanos desde uma ótica da emancipação. São avanços que a academia tem realizado, mas ainda não são suficientes para diminuir minhas inquietudes.

Espaço Pedagógico: De toda a sua produção intelectual, o que considera mais relevante e por quê?

Solon Eduardo Annes Viola: Penso que minha produção acadêmica pode contribuir com duas questões fundamentais para o tema dos direitos humanos. O primeiro se vincula à elaboração da minha pesquisa para a tese,¹⁰ ou seja, a importância dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos como princípios orientadores das lutas pela redemocratização do Brasil e da consolidação da democracia como um sistema capaz de efetivar a construção de uma sociedade mais igual e mais justa. Minha leitura dos direitos humanos aponta para uma dimensão emancipatória dos direitos humanos a partir das ações dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil. Penso que precisamos construir uma teoria latino-americana dos direitos humanos, a qual contribua, com suas especificidades, para superar o discurso de dominação feito desde os princípios dos direitos humanos.

A segunda questão se vincula diretamente ao tema da educação em direitos humanos, sobre o qual tenho escrito buscando aproximar os fundamentos desta proposta com os pressupostos da educação popular. Tenho, também, trabalhado a questão da educação em

direitos humanos como uma proposta de política pública que, originada da sociedade civil, tem sido gradativamente assimilada e implementada por setores do Estado brasileiro.

Minha produção intelectual está intimamente ligada a minha participação nas questões relacionadas aos direitos humanos e, especialmente, a educação em direitos humanos. Este vínculo me exige um profundo rigor acadêmico e ético que se manifesta no cuidado de não permitir que minhas escolhas pessoais alterem os dados que as pesquisas realizadas apontam como os mais precisos possíveis.

Espaço Pedagógico: Qual a sua avaliação da educação atual no Brasil e na América Latina?

Solon Eduardo Annes Viola: A última década recompôs algumas alternativas positivas para a educação brasileira. A recuperação e o crescimento das instituições de ensino superior, o aumento das verbas para as pesquisas, a expansão das vagas e as propostas de reformulação de currículos com a inclusão de temas contemporâneos representam um avanço significativo para a educação brasileira. Precisamos de políticas mais incisivas para manter nas universidades os setores sociais que só agora conseguiram nela ingressar.

Vejo avanços também no crescimento do número de vagas e no acesso de crianças e adolescentes ao sistema de ensino. Precisamos, agora, de um esforço político-pedagógico para mantê-los na escola e para que os alunos recente-

mente incorporados consigam superar as exigências do conhecimento formal proposto pela escola. Precisamos, também, repensar os currículos escolares de modo a respeitar os saberes que os educandos trazem para o sistema de ensino. Neste ponto me preocupa o viés neotecnista de algumas propostas vindas dos órgãos públicos e em relação às quais a sociedade já demonstrou suas contrariedades.

Carregamos duas heranças difíceis de superar, uma delas é o autoritarismo da cultura brasileira e que se manifesta numa pedagogia centrada na figura do professor; a outra, o currículo utilitário e tecnicista vindo da segunda metade do século XX. Currículo que subordinou o ensino brasileiro à velocidade resultante do imediatismo do próprio mercado sem controle e hipertrofiado. Outra urgência diz respeito à formação e à condição de vida dos professores. Quando me refiro à formação dos professores, penso na urgência de recuperarmos as grandes questões do conhecimento e da vida humana, portanto de um currículo que supere os limites do utilitarismo e que seja capaz de não se deixar seduzir pelas novidades da tecnologia e, ao mesmo tempo, ser capaz de assimilá-las. Penso, também, que é urgente rever o lugar social dos professores, recompor a dignidade salarial e a dimensão cultural desta profissão. Claro que a decisão de transformar a educação em prioridade é uma decisão da sociedade e significa alterar políticas que nos acompanham desde um tempo muito longo. Os governos que se situam no campo republicano e democrático sabem que seu com-

promisso social é com os mais amplos setores da sociedade civil, para quem devem colocar seus melhores esforços, mesmo que este tipo de ação contraste com as pressões internacionais vindas, especialmente, de instituições da área econômica.

Sobre a América Latina, gostaria de destacar o esforço da Argentina e do Uruguai para recuperar seus sistemas de ensino praticamente abandonados desde a década de 1970. Significativa, também, é a crítica que os educadores latino-americanos têm feito à mercantilização do ensino. Crítica que tem sido acompanhada de propostas de recuperar a dimensão social da educação.

Espaço Pedagógico: Quais são os problemas educacionais mais urgentes?

Solon Eduardo Annes Viola: O principal problema está vinculado à importância que a sociedade e o Estado atribuem para a educação. Como vivemos em uma sociedade de carências extremas, a educação, a saúde e outros direitos sociais formam uma pauta secundária. O próprio Estado atua como financiador do desenvolvimento do capital, arcando com os custos das obras de infraestrutura, isentando de impostos setores econômicos altamente lucrativos estabelecendo políticas salariais que mantêm as distorções oriundas das décadas de 1960 e 1970 e que criam uma elite de funcionários enquanto as carreiras ligadas a questões sociais são tratadas a pão e água. O segundo problema diz respeito às exigências culturais tanto da sociedade contemporânea

como dos novos conhecimentos e das novas tecnologias produzidas pela humanidade. Nossas escolas e muitas das nossas universidades não acompanharam nem mesmo construíram, análises críticas dessas mudanças e, em consequência disso, envelheceram. A terceira questão diz respeito ao próprio currículo das escolas e das universidades. Trata-se de um currículo excessivamente disposto a conceder espaços privilegiados à ideologia do mercado. Os debates ocorridos durante a Conferência Nacional de Educação poderão oferecer caminhos para superar os impasses que a educação apresenta. Uma quarta questão está ligada ainda à formação dos professores e à compreensão de seu lugar social. Que sociedade contemporânea suporta viver sem educar seus indivíduos? É viável, contemporaneamente, abirmos mão dos sistemas formais de ensino? O que ocorreria se deixássemos a infância e a juventude a sua própria vontade? O que ocorreria em nossas megacidades e mesmo nas cidades de porte médio? Vejam que essas perguntas que faço são perguntas simples, quase ingênuas, mas que apontam para a urgência de revermos o papel da escola e dos professores.¹¹ Se as questões acima são procedentes, torna-se urgente rever a formação dos professores e ainda mais urgente repensar o tratamento da sociedade e do Estado em relação a este setor social.

Espaço Pedagógico: Qual é sua avaliação do dilema entre formação cultural e formação profissional?

Solon Eduardo Annes Viola: Este é um dilema que o sistema educativo enfrenta ao longo do tempo. Na década de 1940, o Estado brasileiro criou um sistema específico para a formação de trabalhadores. Tratava-se de uma redução do papel da educação e de uma adaptação da educação brasileira ao modelo taylorista de desenvolvimento industrial. E, no entanto, foi desta educação que surgiu uma geração capaz de reorganizar o sindicalismo brasileiro e reconduzir, desde o ABCD paulista, a recriação da sociedade civil brasileira. Não penso que seja interesse do Toyotismo alterar a lógica de formação dos trabalhadores a não ser para aumentar a produção e o ganho do capital. Esse compromisso precisa, como em meados da década de 1980, ser assumido pelos professores, pelos sistemas de ensino. Observe que atualmente temos uma mídia eletrônica que trabalha, em sua maioria, para empobrecer o senso comum da população, o que dificulta sobremaneira as ações emancipatórias vindas dos educadores e das escolas. A superação deste presumível, ou mesmo falso dilema, está na superação do próprio dilema, ou seja, considerar tanto a questão do trabalho como a cultural indispensável e complementar para todo e qualquer ser humano. A dicotomia está mais ligada à estrutura de privilégios de nossa sociedade, que oferece para alguns uma dimensão educativa e social alienada da dimensão do trabalho ao mesmo tempo em que, para a maioria, impõe a condição do trabalho como uma carga de servidão e desconhecimento do mundo e de si mesmo. A possível solução do dile-

ma proposto passa, acima de qualquer alternativa, pela ação consciente da escola e dos professores na construção de um currículo voltado para a emancipação e a autonomia dos educandos.

Espaço Pedagógico: Qual é o papel das ciências sociais diante das tendências de tecnologização do ensino e da instrumentalização da educação?

Solon Eduardo Annes Viola: O compromisso das ciências sociais, como os compromissos das demais áreas do conhecimento, é o de compreender a sociedade e seus caminhos. Se puder responder com rigor científico a esta questão, estará contribuindo para uma leitura inovadora sobre o papel das tecnologias. Isso significa compreender que as tecnologias são uma produção humana que precisa ser disponibilizada para todos e posta a serviço de todos. Não pode continuar a ocorrer é o fato de a velocidade das novas tecnologias beneficiar só alguns, ampliando as carências dos demais. Dizendo de outro modo, as tecnologias podem representar um avanço se a humanidade souber beneficiar-se dela sem preconceito e sem limite de acesso.

Quanto à instrumentalização do sistema educacional, ela é quase uma imposição da economia de mercado sobre os sistemas nacionais de ensino. Já foi assim nos anos 1960/70 com os acordos MEC-Usaid. Agora é uma exigência do Banco Mundial. Os estudantes chilenos, no ano passado, e os secundaristas franceses, nos meados da última década, já manifestaram seus descontentamentos.

As escolas e os professores sabem que educar é mais do que instrumentalizar, a população brasileira sabe que viver é mais do que produzir.

Espaço Pedagógico: Qual é a sua avaliação das relações entre a educação formal e a educação não formal? É possível estabelecer aproximações?

Solon Eduardo Annes Viola: Estas relações já estão estabelecidas. Veja que as propostas de Freire, Brandão, Arroyo, Streck, e tantos outros, não se restringem à educação popular. São epistemologias universais que estão presentes em práticas pedagógicas internacionalmente reconhecidas e que já fazem parte de experiências no ensino formal em várias escolas e universidades da América Latina e de outros continentes. Dois dos pressupostos da educação não formal podem modificar as práticas pedagógicas: o primeiro pressuposto se relaciona à escuta dos saberes do outro, ao diálogo entre os conhecimentos dos educandos e ao saber sistematizado dos educadores; o segundo se relaciona aos objetivos do diálogo entre educandos e educadores. Esse diálogo deve ser mediado pelo conhecimento e capaz de produzir a emancipação dos educandos e dos educadores e a transformação na sociedade na qual ambos constroem seus saberes.

Espaço Pedagógico: Qual a importância da inclusão dos direitos humanos na educação formal e no ensino superior?

Solon Eduardo Annes Viola: A utopia da RBEDH na segunda metade da

década de 1980 era de que a educação em direitos humanos poderia ser a solução para que a sociedade brasileira jamais voltasse a viver o terror como forma de Estado. Pensávamos que, se a cidadania brasileira conhecesse seus direitos, construiríamos uma sociedade democrática e, portanto, socialmente justa e igual. Avançamos nestes 25 anos, e nossa utopia pode ser encontrada tanto em universidades como nos diferentes sistemas de ensino formal e não formal. Com o Plano Nacional e agora com as Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, a utopia pode se consolidar em um ato cotidiano no sistema nacional de ensino. Assusto-me um pouco com isso e me pergunto como reagirão os professores? Corremos alguns riscos de reimplantar obrigаторiedades, de fazer com que conteúdos libertadores sejam mesclados com práticas pedagógicas autoritárias. Se ocorrer assim, então teremos percorrido o caminho errado. Para que a utopia se transforme em ação, será preciso mais do que planos e diretrizes, será necessário que a sociedade brasileira se saiba sujeita de direitos, recupere a memória de seu passado e reencontre, com coragem e lucidez, os horrores cometidos pelo Estado contra a sociedade e seus filhos.

Na educação fundamental e média, a educação em direitos humanos não poderá ser só mais um conteúdo, precisará ser uma nova forma de reorganização dos conteúdos. Um conteúdo específico, sim, mas um conteúdo que se encontra presente em todas as áreas do conhecimento escolar, ou, como orientam as diretrizes, um conteúdo interdisciplinar

ou transdisciplinar. Poderá vir a significar, também, o aparente dilema entre cultura e trabalho, mas, fundamentalmente, poderá significar a formação de uma cultura democrática de modo que jamais voltem a ocorrer os crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado brasileiro ao longo da ditadura militar.

Quanto ao ensino superior para além das disciplinas que tratam dos conteúdos específicos de direitos humanos, a inclusão do tema nas universidades já produziu a formação de observatórios, cátedras de direitos humanos, núcleos interdisciplinares de extensão e pesquisa. As práticas extensionistas em direitos humanos têm revelado um compromisso com os setores sociais que, historicamente, são negativamente beneficiados pela estrutura econômica. Essas práticas universitárias têm conseguido, inclusive, superar os limites do assistencialismo e, ao mesmo tempo, construir formas de participação cidadã.

No campo específico da pós-graduação, já construímos um universo considerável de linhas de pesquisa em programas de educação, ciências sociais, história, antropologia, psicologia e direito. Recentemente foram criados programas específicos de Direitos Humanos, alguns baseados nos princípios da interdisciplinaridade, outros no campo do direito, mas com forte presença interdisciplinar. Outra vez é um alento e a concretização da utopia da década de 1980. A construção das linhas de pesquisa, dos núcleos e dos programas de pós-graduação precisará desenvolver novos saberes, formular questões voltadas para a compreensão de nossas ca-

rências sociais e econômicas, de nossos limites civis e políticos, especialmente desta nossa história sempre tão cruel e esquecida. Será importante, também, estreitarmos os laços com as nações vizinhas de modo a construirmos uma leitura universal dos direitos humanos desde uma lógica sul-americana.

As universidades foram criadas por exigências das sociedades e do desenvolvimento do conhecimento e da ciência. Esta é a sua razão de existir. Quando a humanidade se depara com ações terroristas dos estados nacionais, sejam as câmaras da morte do nazismo, sejam os centros de tortura das ditaduras latino-americanas, se estabelece a urgência de recomeçar. Não há como fazê-lo sem reencontrar com o passado, sem recuperar a memória da dor e dos crimes cometidos pelo sistema de poder. Esta pode ser uma grande contribuição da universidade como forma de recriar os espaços de participação e de justiça social. A criação de disciplinas, núcleos de pesquisas e programas de pós-graduação são iniciativas que estão ocorrendo e que podem vir a contribuir com a criação de uma cultura de direitos humanos na qual cada pessoa se saiba sujeito de direitos.

Outra contribuição decisiva se relaciona a currículos que compreendam o conhecimento como um bem próprio de toda a sociedade. Um bem que não se limita às dimensões utilitárias do mercado. Certamente deve ser reservado um lugar especial para aqueles que lidam cotidianamente com a infância e a adolescência.

Notas

- ¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- ² Trata-se do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto durante uma manifestação contra o aumento de preço num restaurante para estudantes chamado “Calabouço”. A morte de Edson Luís causou comoção nacional e o crescimento do movimento estudantil e das manifestações de rua.
- ³ Na época, recebi a informação que minha expulsão decorria de uma exigência do comandante militar, do quartel que, então, estava sediado na cidade, sobre a direção da escola. Nunca soube da posição da então diretora a respeito de meu desligamento do Cenav. Fui recebido pelo diretor do Instituto de Educação, num ato que, em razão do período que vivíamos, exigia muita coragem e compromisso com a educação. Infelizmente nunca tive a possibilidade de retornar ao instituto para agradecer o gesto de solidariedade da escola, de seus professores e dos colegas de então.
- ⁴ A primeira edição de *Pedagogia do oprimido* foi feita no Chile e logo proibida no Brasil. Fazíamos cópias em mimeógrafo nos diretórios acadêmicos e carregávamos o livro como uma preciosidade, um tesouro. Para os censores da cultura nacional, o livro correspondia a um complô subversivo. Hoje esta lembrança demonstra a tragédia daquele tempo, do medo, do pânico que os governos militares tinham do pensamento crítico e do potencial transformador da cultura e da educação. Mas lembra, também, o quando é necessário reconstituir o tempo histórico e quanto atraso cultural a ditadura produziu na sociedade brasileira.
- ⁵ Em 2003, O CNEDH produziu uma primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Esta versão foi discutida com a sociedade brasileira e da síntese desta discussão foi redigida uma segunda versão do Plano Nacional, que está em vigor desde 2006.
- ⁶ Giovanni Arrighi, recentemente falecido, foi, durante longo tempo, professor da universidade de Nova York. Duas de suas obras mais significativas publicadas no Brasil são *O longo século XX*, editado pela Unesp e a Contratempo, (1997) e *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, editado pela Contratempo e a Editora da UFRJ, 2001.
- ⁷ Veja-se, do autor, especialmente a obra *O choque das civilizações*, editada no Brasil pela Editora Objetiva em 1997.
- ⁸ As diretrizes nacionais apontam para um pressuposto teórico defendido no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos reconhecendo que a abordagem pedagógica dos direitos humanos pressupõe a interdisciplinaridade. Não impede, porém, que se criem condições para a criação de disciplinas específicas de direitos humanos nos sistemas de ensino fundamental e médio, como já ocorre em Pernambuco por ação pioneira da Secretaria de Educação daquele Estado.
- ⁹ Ainda no final de 2012, a Capes aprovou a criação de mestrados no campo específico dos direitos humanos. Dois deles, os da Universidade Federal da Paraíba e o da Universidade federal de Goiás como mestrados interdisciplinares e os da Unijuí e o da Universidade Nacional de Brasília, no campo do direito. Outra iniciativa promissora se situa na criação de um número considerável de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, núcleos, observatórios e cátedras voltadas para os direitos humanos.
- ¹⁰ Da tese resultou a publicação do livro *Direitos humanos e democracia no Brasil*, através da editora Unisinos. Atualmente esgotado, a editora prepara uma segunda edição.
- ¹¹ Já nesta década em que estamos vivendo, numa das unidades de nossa federação, a principal figura política do lugar chamou, em todas as mídias, os professores de terroristas. Nas semanas seguintes, a mesma mídia divulgou um considerável número de ocorrência nas quais os estudantes agrediam seus professores, chegando, em alguns casos, a agressões físicas.